



## REFLEXÕES ACERCA DO EFEITO DA PANDEMIA NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES NO PNAE

FÁTIMA GIOVANA TESSMER SANTIN<sup>1</sup>; CARMO GABRIEL DA SILVA FILHO;  
CRISTINE PARADEDA COSTA; LÚCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES;  
GABRIELITO RAUTER MENEZES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – santingiovana@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – gabrielitorm@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, está marcando a história mundial. E para além do problema sanitário, a nova doença reflete graves consequências sociais, com acentuação da miséria e da fome, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero. A fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo (FAO, 2019), o que significa cerca de uma em cada nove pessoas. No Brasil, há o desmonte das políticas públicas tanto do ponto de vista orçamentário, quanto do ponto de vista institucional, o que contribui ainda mais para a situação de vulnerabilidade dos brasileiros diante dessa pandemia. Dentre os programas existentes na agenda pública como forma de amenizar a fome, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BICALHO; LIMA, 2020).

O PNAE e a Agricultura Familiar (AF) estão fortemente ligados, pois é dela que ocorre à aquisição dos produtos para o programa. E a mesma tem um papel fundamental para o desenvolvimento das regiões. A diversidade de saberes e práticas desenvolvidas pelas populações no uso dos recursos naturais dão origem a estratégias de desenvolvimento bastante heterogêneas, de grande potencial de geração de renda, uso da mão de obra, organização social e política. Nesse sentido, a agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família transforma a matéria-prima oriunda da pequena propriedade em alimentos visando à agregação de valor. A atividade agroindustrial não se constitui uma novidade para agricultores familiares; faz parte da sua própria história e da sua cultura (STRATE; CONTERATO, 2019).

Diante desse cenário, cada território tem um modo de produzir e reproduzir a própria estrutura econômica e social, cuja. Nesse viés, o Estado também tem um papel essencial no desenvolvimento, pois cabe a ele a articulação de soluções para problemas de ordem social e econômica. Diante da complexidade da questão relacionada às políticas públicas de desenvolvimento territorial, ressalta-se que não é apenas o trabalho com o capital humano, e sim o fomento do capital social, tão necessário, para a confiança e a cooperação entre os atores do desenvolvimento e as lideranças regionais do entorno (RAIHER et al., 2017). Agregando-se valor diferenciado e promovendo a consolidação ou a criação das bases produtivas locais e regionais que busquem a promoção do desenvolvimento regional. Para ocorrer o desenvolvimento territorial são necessárias ações, estratégias e alternativas (RAIHER et al., 2017).

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar o efeito da pandemia na comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias familiares rurais ofertados ao PNAE.



## 2. METODOLOGIA

Classifica-se o estudo, quanto ao procedimento utilizado, como pesquisa bibliográfica, dado o embasamento em livros, artigos, dissertações, e sites eletrônicos. Conforme aponta GIL (2017) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e para MARCONI E LAKATOS (2011) a pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Quanto à abordagem, caracteriza-se como qualitativa, a qual, segundo MINAYO (2001), é aquela que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de confiabilidade e validade. Para análise e posterior síntese dos dados obtidos, os referenciais selecionados foram revisados, os temas correlacionados e uma discussão sobre o conhecimento foi elaborada. A apresentação dos resultados foi feita de forma descritiva, possibilitando ao leitor a avaliação da aplicabilidade da revisão integrativa elaborada.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os efeitos analisados estão problemas que tendem a ter consequências ainda a serem dimensionadas a médio e longo prazo, para além da crise sanitária, pela quebra das cadeias de produção e comercialização de agricultura familiar. De acordo com (RIBEIRO-SILVA et al., 2020) são repercuções da pandemia COVID-19: prejuízos na oferta de alimentos *in natura* da agricultura familiar, especialmente as frutas e os vegetais; paralisação do PNAE e aquisição de alimentos da AF; fábricas de processamento de alimentos fechadas devido a surtos entre trabalhadores; fechamentos de feiras livres, restaurantes; limitação de transportes de alimentos; redução ou suspensão de renda para os mais vulneráveis - trabalhadores informais; redução de cobertura do Programa Bolsa Família (PBF).

Perpassando por uma esfera macro, pesquisas têm verificado dificuldades para agricultores acessar e permanecer neste mercado (PNAE). Estes problemas estão relacionados a questões operacionais, estruturais, políticas, entre outros (BACCARIN et al., 2017). Mesmo assim, o programa representa um dos principais meios de garantir alimentação adequada aos escolares brasileiros e um dos mercados mais importantes para geração de renda para agricultores e empreendedores familiares.

De acordo com (BICALHO; LIMA, 2020) o Brasil é o único país que atende todos/as estudantes da escola pública de forma universal: são 40 milhões de estudantes recebendo 50 milhões de refeições por dia e um investimento de quatro bilhões de reais no ano. A política pública do PNAE é desenhada para suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais dos estudantes no dia, com o desafio de garantir uma alimentação saudável e variada com o valor que varia de R\$ 0,32 a R\$ 2,00 *per capita* por dia (RESOLUÇÃO Nº 01, 2017). Ainda, prevê que esse valor seja suplementado pelas esferas estaduais e municipais, mas as desigualdades econômicas, sociais e regionais do país tornam a execução da política desigual, ainda que universal (AMORIM; RIBEIRO; BANDONI, 2020). Nesse sentido, a LEI 2020 n. 13.987 autorizou, “*em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais*



*ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica".* Porém, apesar da promulgação em caráter excepcional da Lei nº 11.947/2009, esta não revogou a obrigatoriedade da destinação de 30% dos recursos para a compra da agricultura familiar, uma legislação que já era difícil de ser cumprida (CARVALHO et al., 2021) antes mesmo da pandemia. Ou seja, não é uma exigência, e sim uma recomendação aos gestores municipais e estaduais.

Dante desse cenário, apesar da publicação da Resolução 02/2020 do MEC autorizando excepcionalmente a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos via PNAE às famílias dos alunos, muitos Estados e municípios têm optado por criar “auxílios-merenda” destinando dinheiro em espécie aos escolares, ou comprando os alimentos de grandes atacadões. Esse é o caso do governo gaúcho, que destinou cerca de R\$ 23 milhões do programa para a compra de alimentos de baixa qualidade nutricional de uma central atacadista. Dessa forma, as compras da agricultura familiar seguem paradas ou irrigórias, contribuindo para a perda de receita entre o setor (CASSOL et al., 2020).

Vale ressaltar que o PNAE pode ser considerado uma das políticas públicas mais exitosas do país, pois beneficia diretamente mais de 40 milhões de escolares e impacta diretamente as famílias agricultoras. É possível considerá-lo como uma política de empreendedorismo, já que após as mudanças ocorridas nesse programa em 2009, o empreendedor familiar rural também passou a ser beneficiado com suas ações, no qual a compra de alimentos seria, preferencialmente, realizada com estes empreendedores (DINIZ et al., 2016). Mesmo assim, como apontado ao longo do texto o programa enfrenta muitos desafios a serem superados.

Assim, fica clara a importância da participação ativa do Estado no apoio das políticas públicas de incentivo da agroindústria familiar rural e de proteção das pessoas que vivem em insegurança alimentar e nutricional. Como destaca (VAN DER PLOEG, 2011) novas formas de governança induzem novas dinâmicas nos mercados existentes. Elas emergem, entre outras coisas, através da elaboração de novas e inteligentes formas de políticas rurais e agrícolas. Considerando que, a diversificação da estrutura produtiva do território está ligada a fatores estimulantes dessa interação (RAIHER et al., 2017), esse momento de crise pode inspirar ações como a diversificação dos mercados e de comercialização, com diferentes atividades e setores, para assim alcançar a estabilidade no crescimento e desenvolvimento das diferentes regiões, tornando os territórios mais resistentes a crises. No longo prazo, essas iniciativas consolidariam processos mais diversos e redistributivos que tenham na agricultura familiar e na alimentação seus principais elementos balizadores (MORAGUES-FAUS et al., 2020).

#### 4. CONCLUSÕES

A pandemia do COVID-19 afetou significativamente a comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias familiares rurais ofertados ao PNAE, além de ameaçar a segurança alimentar de escolares brasileiros. Logo, cabe reforçar a necessidade da sociedade civil informada e organizada em defesa das políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional, no apoio do programa de alimentação escolar, bem como no papel do Estado como protagonista do combate à fome e da redução da miséria no país, assumindo o fortalecimento das políticas sociais existentes e da agricultura familiar. Somando-se ao fomento de novos canais de comercialização para a superação de crises e o desenvolvimento dos territórios.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACCARIN, J., et al. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 55(1), p. 103-122. 2017.
- BICALHO, D.; LIMA, T. DE M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, n. 0, p. 52076, 31 out. 2020.
- CARVALHO, G. C. G. et al. Agricultura familiar e alimentação escolar: reflexos da pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.
- CASSOL, A. et al. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, COVID-19 E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.I.], v. 16, n. 4, dez. 2020. ISSN 1809-239X.
- CHAVES, L.G. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, 22(6), 857-866, 2009.
- DINIZ, R. F.; NEVES NETO, C. D. C.; HESPAÑOL, A. N. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. **Geo UERJ**, v. 0, n. 29, p. 234–252, 2016.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2019. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Rome, FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>>. Acessado em: 05/07/2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- Lei (2020). **Lei n 13.987**, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947 de 2009. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>>. Acessado em: 06/07/2021.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19-51.
- MORAGUES-FAUS, A; et al. Building Diverse, Distributive, and Territorialized Agrifood Economies to Deliver Sustainability and Food Security. **Economic Geography**, 2020.
- RAIHER, A. P. et al. **Economia e Desenvolvimento Territorial**. Toledo: Editora Parque Itaipu, 2017.
- Resolução **CD/FNDE/MEC nº 1, de 8 de fevereiro de 2017** (2017). Altera o valor *per capita* para oferta da alimentação escolar do PNAE. Brasília, DF.
- RIBEIRO-SILVA, R. DE C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421–3430, 28 ago. 2020.
- STRATE, M. F. D.; CONTERATO, M. A. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 227–245, 3 jan. 2019.
- VAN DER PLOEG, J. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114–140, ago. 2011.